

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de agosto a 31 de dezembro, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.


Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de agosto a 31 de dezembro, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras que descreve que a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. Nesse contexto, a realização dos seus ativos e a reversão do cenário de prejuízos acumulados dependem do êxito na geração de energia para atendimento à demanda comercializada no leilão. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em decorrência dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2016


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Edson Teixeira
Contador CRC 1SP202636/O-4 "S" RJ

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota explicativa	2015	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	89.467	Obrigações fiscais	10	322
Adiantamento à fornecedores	7	37	Dividendo a Pagar		153
Despesas antecipadas	8	43			
Total do circulante		89.547	Total do circulante		475
			Não circulante		
Não Circulante			Partes Relacionadas	11	65
Imobilizado	9	10.517			
Total do não circulante		10.517	Total do não circulante		65
			Patrimônio líquido		
			Capital Social	13	99.103
			Reservas de lucros	13	421
Total do Ativo		100.064	Total do Patrimônio Líquido		99.524
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido		100.064

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstração do resultado

Período de 20 de agosto a 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2015
Despesas Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	14	<u>(117)</u>
Prejuízo operacional		<u>(117)</u>
Receitas financeiras	15	956
Despesas financeiras	15	(6)
Resultado financeiro		<u>950</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		833
Imposto de renda e contribuição social	16	<u>(259)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>574</u></u>

A Companhia não possui itens de resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Total
Integralização de capital	13	99.103		99.103
Lucro líquido do período	13		574	574
Distribuição de dividendos	13		(153)	(153)
Saldos 31 de dezembro de 2015		<u>99.103</u>	<u>421</u>	<u>99.524</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativ a	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período		574
Variações no capital circulante		
Adiantamento à fornecedores	7	(37)
Despesas antecipadas	8	(43)
Obrigações fiscais	10	322
Contas a pagar partes relacionadas	11	65
		<u>881</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	9	<u>(10.517)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(10.517)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	13	99.103
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>99.103</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>89.467</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	<u>89.467</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>89.467</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 20 de agosto de 2015. A Companhia é controlada integralmente pelo Rio Energy Fundo de Investimentos em Participações fazendo parte do grupo Rio Energy ("Grupo"), uma plataforma de investimento fundada em 2012 com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil.

Em 2016 a Companhia possui oito subsidiárias integrais, constituídas sob a forma de sociedades de propósito específico, que juntas detêm o Complexo Eólico Serra da Babilônia, constituído de 8 (oito) parques eólicos com capacidade instalada total de 223,25 MW, localizados quase em sua totalidade no município de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia.

Em forma de consórcio os projetos da Companhia sagraram-se vencedores no âmbito do 8º Leilão de energia de reserva (2º LER de 2015) Edital no 09/2015 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a contratação da energia de reserva foi criada para elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), com energia proveniente de usinas especialmente contratadas para esta finalidade seja de novos empreendimentos de geração ou de empreendimentos existentes, tendo comercializado toda a energia ao preço médio de R\$206,48MWh, a energia elétrica negociada neste LEILÃO será objeto de Contratos de Energia de Reserva (CER) na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A realização dos seus ativos dependem do êxito na venda de eletricidade no âmbito dos contratos de energia firmados com as distribuidoras. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores ou financiamentos obtidos junto a instituições do mercado.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de maio de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As normas novas e alterações de normas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016 não terão impacto material para a Companhia.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui ativos classificados como empréstimos e recebíveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Para ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é composto basicamente por gastos pela aquisição de equipamentos e materiais e de direito de uso para viabilização do parque eólico.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do parque será feita de forma linear, considerando o prazo de concessão estabelecido para o projeto de geração de energia elétrica, assim que tiver início a geração e venda em escala comercial.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar, principalmente compostas por contratos para a construção dos parques eólicos e incluem obras cíveis, aero geradores, subestações e linhas de transmissão. São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. De outra forma, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço da Companhia, quando houver lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.12 Capital social

Agrupar os valores designados a compor o capital social da Companhia, composto pelo capital subscrito e o capital a integralizar. As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração e comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Receita de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não havia iniciado suas operações. (Nota 1). Uma vez iniciadas as operações os contratos estabelecem venda de energia no mercado regulado e liquidação no mercado de curto prazo quando a geração exceder o previsto em contrato.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e premissas contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação o são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores ou

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financiamentos obtidos junto a instituições do mercado. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza.

Não há outras estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação, risco de preço de liquidação das diferenças, “PLD”), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo no Brasil, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

O objetivo da política de gerenciamento do risco de taxa de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que impactem seus resultados financeiros.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

(ii) Risco de inflação

A Companhia está sujeita ao risco de inflação devido ao fato de grande parte de suas receitas operacionais estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). As taxas de inflação no final dos exercícios de 2014 e 2015 foram, no Brasil, de 6,41% e, estimada, 10,61% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pela IBGE. Caso haja aumento da inflação, os encargos pagos em relação às receitas futuras aumentarão o que poderá afetar positivamente os seus negócios e seus resultados.

(iii) Risco de PLD

A Companhia está sujeita ao risco do PLD. Os contratos de compra e venda de energia celebrados pela Companhia preveem mecanismos onde geração de energia é apurada anualmente e em ciclos de quatro anos. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda com base no preço de liquidação das diferenças (“PLD”). Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do período.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) *Risco de crédito*

A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que a administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração da Companhia.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(c) *Risco de liquidez*

A Companhia está exposta à capacidade de sua controladora de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade de pagamento, a previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia que monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos compromissos da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Acima de um ano
Em 31 de dezembro de 2015		
Obrigações fiscais	322	
Dividendos a pagar	153	
Partes relacionadas		65

4.2 **Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui empréstimos contratados.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2015			
Ativo, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	89.467	-	89.467
	<u>89.467</u>	<u>-</u>	<u>89.467</u>
Passivo, conforme balanço patrimonial			
Dividendos a pagar	-	153	153
Partes relacionadas	-	65	65
	<u>-</u>	<u>218</u>	<u>218</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>
Recursos em banco e em caixa	2
Aplicações financeiras de liquidez imediata	89.465
	<u>89.467</u>

O depósito bancário de curto prazo é de alta liquidez e prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrada pelo custo acrescido de juros até a data do balanço. A aplicação financeira refere-se a certificados de depósitos bancários com liquidez diária, indexado ao CDI (98%).

7 Adiantamento à fornecedores

	<u>2015</u>
Cartório	37
	<u>37</u>

8 Despesas Antecipadas

A empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia havia pago os seguintes prêmios de seguro que estão sendo amortizados ao longo do exercício:

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2015</u>
Banco Fator Seguradora	19
Austral Seguros	12
Pottencial Seguradora	<u>12</u>
	<u>43</u>

9 Imobilizado

Imobilizado refere-se ao pagamento da parcela inicial de 55% do contrato de compra de ativos e direito de uso, assinado com a Millennium Wind Participações LTDA.

	<u>Projeto Serra da Babilônia</u>	<u>Total</u>
Em 20 de agosto de 2015	<u>-</u>	<u>-</u>
Adiantamento	<u>10.517</u>	<u>10.517</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>10.517</u>	<u>10.517</u>

10 Obrigações fiscais

Valor das obrigações fiscais refere-se principalmente aos impostos sobre receita financeira e o lucro, calculados com base na legislação em vigor.

	<u>2015</u>
PIS	<u>8</u>
COFINS	45
Contribuição Social	75
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	184
CIDE	7
ISS retido na fonte	<u>3</u>
	<u>322</u>

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Parte relacionadas

Os valores a pagar com empresas ligadas, referem-se a compromissos assumidos pela Companhia que foram pagos pela empresa ligada Rio Energy Projetos de Engenharia Ltda.

	<u>2015</u>
Rio Energy Projetos de Energia LTDA	<u>65</u>
	<u>65</u>

12 Provisões

Passivo contingente

O Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

Não é esperado nenhum passivo resultante dos passivos contingentes.

13 Patrimônio Líquido Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 99.103 (Noventa e nove milhões, cento e três mil), dividido em 99.103 (Noventa e nove milhões, cento e três mil) ações, sendo o fundo Rio Energy Fundo de Investimentos em Participações detentor de 99%.

Reservas de lucro

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia teve lucro em sua operação no valor de R\$ 574. Desse montante, R\$ 153 foi destinado à provisão de dividendos a pagar.

14 Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>
Despesa gerais e administrativas	(23)
Despesa com serviços profissionais	(64)
Despesa com impostos e taxas	<u>(30)</u>
Despesa Operacional	<u>(117)</u>

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Resultado Financeiro

As receitas financeiras referem-se a principalmente receita de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras referem-se ao pagamento de IOF incidente em operações financeiras.

	<u>2015</u>
IOF	(6)
Despesa Financeira	(6)
Receita s/ aplicação financeira	1.003
(-) Dedução da Receita (PIS COFINS)	(47)
Receita Financeira	<u>956</u>

As receitas e despesas financeiras foram reconhecidas utilizando como base o regime de competência de acordo com as normas contábeis vigentes.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro da companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota padrão. A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 é demonstrada como segue:

	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	833
Alíquota fiscal combinada	34%
	<u>283</u>
Ajuste permanente	(16)
Parcela não tributada pelo adicional de Imposto de renda	(8)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(259)
Total Imposto de renda e Contribuição Social corrente	<u>(259)</u>
Alíquota efetiva	<u>31%</u>

* * *